



27 DE FEVEREIRO DE 2018

Terça-feira

- RECUPERAÇÃO SE ESPALHA E CHEGA A MAIS DE 60% DOS SETORES DA INDÚSTRIA
- EM 16 SETORES DA INDÚSTRIA, AVANÇO SUPERA DOIS DÍGITOS
- INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MASSA SALARIAL CONTRIBUÍRAM PARA ARRECADAÇÃO MELHOR
- MARCOS JORGE NOS EUA: "CONTINUEM INVESTINDO NO BRASIL"
- ENTRADA DO BRASIL NA OCDE DEVERÁ IMPACTAR SISTEMA TRIBUTÁRIO DO PAÍS
- RECEITA DIZ QUE HOVE CONCENTRAÇÃO DE PAGAMENTO À VISTA NO REFIS EM JANEIRO
- ARRECADAÇÃO COM O ÚLTIMO REFIS SOMA R\$ 7,938 BI EM JANEIRO
- COM AJUDA DE REFIS, ARRECADAÇÃO SALTA 10% E TEM MELHOR JANEIRO EM 4 ANOS
- NOVO PRESIDENTE DO TST VAI PRIORIZAR DEBATE SOBRE REFORMA TRABALHISTA
- EMPREGO EM RECUPERAÇÃO FAZ EMPRESÁRIO PAULISTANO FICAR NOVAMENTE "OTIMISTA"
- EMPRESAS COM MULHERES NA LIDERANÇA LUCRAM MAIS, APONTA PESQUISA
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE ABRIL DE 2014
- DESPREPARO DE EMPRESAS PODE ATRASAR CONCLUSÃO DE NEGÓCIOS
- ECONOMIA DO BRASIL TERÁ 'RECUPERAÇÃO CONSISTENTE' EM 2018, REFORÇA ILAN
- TESOURO DIZ QUE ADIAMENTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO AFETA METAS
- MEIRELLES CONFIRMA ESTUDOS SOBRE PREÇO DO GÁS PARA BAIXA RENDA

- TRIBUNAL ALEMÃO PERMITE VETO A CARROS A DIESEL, EM DERROTA PARA MONTADORAS
- TOYOTA DESENVOLVE TRANSMISSÃO CVT COM ENGRENAGENS E NOVOS MOTORES 2.0
- PRODUÇÃO BRASILEIRA SÓ DEVE SUPERAR 4 MILHÕES DE CARROS EM 2026
- SCANIA PREVÊ AVANÇO DE 30% DAS VENDAS DE CAMINHÕES EM 2018
- DUCATI FAZ RECALL DE CINCO MODELOS NO BRASIL
- FORNECEDORES PRECISAM DE NOVOS NEGÓCIOS PARA SOBREVIVER
- ETANOL SOBE EM 13 ESTADOS E NO DF; ALTA MÉDIA SEMANAL É DE 1,2% NO BRASIL
- RECEITA: QUEDA DE JURO DIMINUI GANHO EM APLICAÇÕES E REDUZ ARRECADAÇÃO
- SETOR EXTERNO DEVE TER SUPERÁVIT DE US\$ 300 MILHÕES EM FEVEREIRO, DIZ BC
- BC: FLUXO CAMBIAL TOTAL É NEGATIVO EM US\$ 1,987 BI EM FEVEREIRO ATÉ DIA 22
- IGP-M DESACELERA ALTA E SOBE 0,07% EM FEVEREIRO
- PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO SOBE 0,8% EM JANEIRO SOBRE UM ANO ANTES

CÂMBIO EM 27/02/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,246	3,247
Euro	3,972	3,974

Fonte: BACEN

Recuperação se espalha e chega a mais de 60% dos setores da indústria

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A indústria brasileira – que em 2017 voltou a crescer depois de três anos de queda – está vendo a recuperação se disseminar. O crescimento da produção industrial, no ano passado, foi além do setor automotivo, principal responsável pela retomada da indústria.

Segundo estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), com base em dados do IBGE, 58 dos 93 segmentos – 62% do total – apresentaram resultados positivos.

O movimento foi maior no quarto trimestre, quando 66 ramos avançaram em ritmo superior ao registrado no mesmo período de 2016. A disseminação do crescimento tem relação com o encadeamento entre setores, alavancado especialmente pelo setor automotivo.

A produção de veículos respondeu por metade da alta de 2,5% registrada pela indústria no ano passado. O bom desempenho acaba se refletindo em outros segmentos, como o de equipamentos de áudio e vídeo, borracha e plástico, têxteis e metalurgia. "O sinal é positivo e disseminado. Há um conjunto de desdobramentos e de relações intersetoriais que vão além do que a gente identifica como setor automotivo", diz o economista-chefe do Iedi, Rafael Cagnin.

Mas não é só a cadeia em torno da produção de veículos que tem se beneficiado. Fabricantes de equipamentos de informática, por exemplo, ou de comunicação também cresceram no ano passado. Na zona sul de São Paulo, uma fabricante de leitores de código de barras registrou um faturamento 20% maior em janeiro deste ano, na comparação com 2016. "Se continuar assim, vamos precisar rever o planejamento para o ano", diz Marcos Canola, sócio e diretor comercial da Nonus.

Isso não significa, no entanto, expansão nem contratação de funcionários, porque ainda há capacidade ociosa. Durante a crise, a empresa reduziu a equipe pela metade, para 40 pessoas, cortou investimentos, fechou um depósito e seguiu reajustes.

Com a melhora dos resultados, que começou a aparecer no fim do ano passado, Canola está um pouco mais animado. Em abril, a Nonus participará de uma feira de negócios na China, depois de quatro anos de fora. "Não é para engatar uma quinta marcha, mas não dá para ficar parado", diz o empresário.

Os movimentos conservadores da indústria têm o objetivo de se preparar caso a recuperação seja maior. Os dados do Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostram que o otimismo dos industriais ainda avança muito devagar.

A prévia do índice de fevereiro, divulgado sexta-feira, 23, aponta avanço de 0,2 ponto, para 99,6 pontos. Se confirmado, será o maior patamar desde outubro de 2013. "Essa recuperação é gradual, embora tenha ganhado tração. Não dá ainda para dizer que o setor está otimista nem muito confiante", diz a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV, Tabi Thuler Santos.

Em 16 setores da indústria, avanço supera dois dígitos

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Além de mais disseminado no fim do ano passado, o crescimento da produção industrial brasileira superou dois dígitos em 16 dos 93 segmentos da indústria.

"Quem cresce mais hoje na verdade é quem mais caiu ao longo da crise", diz o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin.

A indústria automobilística, uma das principais alavancas desse crescimento, teve três anos seguidos de queda na produção até começar a se recuperar no ano passado, quando registrou alta de 25,2% no total de veículos produzidos em comparação a 2016.

Boa parte desse crescimento veio das exportações, que aumentaram 46,5%, totalizando 762 mil unidades, quase 30% dos 2,699 milhões de veículos que saíram das linhas de montagem no ano passado, de acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O impulso da indústria automobilística continuou em janeiro. As fabricantes de veículos produziram 216,8 mil unidades no mês passado, alta de 24,6% em relação a igual mês de 2016, mostra o balanço da Anfavea.

Após três anos operando com até 50% de ociosidade nas fábricas em razão da crise econômica, o setor viu nos últimos meses anúncios de aumentos na produção e de retomada de operações em dois turnos de trabalho, desativados a partir de 2014. Foram os casos da Nissan, da Volvo, da Volkswagen e da MAN Latin America.

Entre as líderes em vendas do mercado nacional de automóveis, a americana General Motors foi a que teve o maior crescimento na produção em 2017, com avanço de 41,7%.

Neste mês, a direção da GM anunciou que está investindo R\$ 1,2 bilhão para expandir a fábrica do grupo em São Caetano do Sul, no ABC paulista. A capacidade produtiva da unidade aumentará de 250 mil unidades ao ano para 330 mil.

Demanda

No cenário traçado pelo economista Leonardo Carvalho, do Grupo de Conjuntura do Ipea, os sinais que apontam para crescimento da demanda doméstica ao longo de 2018 ajudam a sustentar a perspectiva de manutenção da recuperação da indústria como um todo.

Os sinais são a inflação controlada e o cenário mais favorável para a tomada de crédito, com taxas de juros menores e famílias com menos dívidas. Os primeiros dados de melhora no mercado de trabalho também servem para aumentar a confiança do consumidor e impulsionar o consumo.

“O que permanece como restrição é o excesso de capacidade (ociosa)” de muitas fábricas, afirma o economista do Ipea.

Quando utilizam pouco de sua capacidade total, as indústrias adiam investimentos em expansão, diminuindo a demanda por um importante segmento industrial, o de fabricação de bens de capital.

A prévia de fevereiro da Sondagem da Indústria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicou que, na média nacional, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) ficará em 75,3%. Se confirmado, será o maior patamar desde junho de 2015.

No caso das montadoras, a previsão para o ano é de mais um crescimento de 13,2% na produção, para cerca de 3 milhões de unidades. As vendas devem crescer 11,7% (2,5 milhões de veículos) e as exportações 5%, para 800 mil unidades – um volume recorde em vendas externas de veículos (sem incluir os carros desmontados).

Indústria, comércio e massa salarial contribuíram para arrecadação melhor

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O chefe de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, atribuiu o crescimento real de 10,12% registrado pela arrecadação de tributos federais em janeiro à melhoria da atividade econômica, principalmente o desempenho da indústria, comércio e serviços e da massa salarial.

“A arrecadação está crescendo em linha com a atividade econômica e deve ter tido desempenho um pouco superior ao do PIB em 2017”, afirmou. “Ainda é cedo para falarmos projeções para 2018.”

Ele ressaltou ainda o aumento na arrecadação com o PIS/Cofins sobre combustíveis, que subiu R\$ 1,314 bilhão em relação a janeiro de 2017 após o aumento na alíquota no tributo no ano passado.

Malaquias também destacou as medidas adotadas pela Receita Federal para a cobrança de devedores, entre eles os que aderiram ao Refis, regularizaram a situação a fiscal e voltaram a ficar inadimplentes com a Receita Federal. Outros contribuintes cobrados pelo fisco foram os integrantes do Simples com dívidas com a Receita – essas duas ações foram responsáveis pelo recolhimento de R\$ 1,57 bilhão em janeiro, de acordo com o órgão.

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 155,619 bilhões em janeiro, um aumento real (já descontada a inflação) de 10,12% na comparação com igual mês de 2017. Esse foi o terceiro mês consecutivo de aumentos nas receitas da União ante igual período do ano anterior. Em relação a dezembro do ano passado, houve alta real de 12,57%.

O valor arrecadado foi o melhor desempenho para meses de janeiro desde 2014, quando as receitas totalizaram R\$ 158,944 bilhões no primeiro mês do ano.

Marcos Jorge nos EUA: "Continuem investindo no Brasil"

27/02/2018 – Fonte: MDIC



Em Washington, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços se reuniu com representantes de empresas que têm operações no Brasil, em evento no Conselho das Américas.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, reuniu-se hoje, no Conselho das Américas, em Washington, com representantes de empresas que têm operações no Brasil. Questionado sobre possíveis mudanças de rumo, por conta das eleições, o ministro foi enfático. "A recomendação que eu faço a vocês é: continuem a investir no Brasil". Ele destacou que, em 2017, o Brasil recebeu US\$ 60 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, valor 13% maior do que o verificado em 2016.

A mesa redonda, mediada pelo conselheiro Chris Padilla, tratou de temas sobre o atual momento econômico do Brasil, incluindo oportunidade de negócios. Marcos Jorge iniciou sua fala fazendo um panorama da economia brasileira, que cresceu 1% no ano passado segundo dados preliminares do Banco Central.

De acordo com o ministro, o dado, ainda que preliminar, "confirma a retomada da confiança dos agentes econômicos no país em razão do acerto da agenda de reformas e das medidas macroeconômicas implementadas pelo governo do presidente Temer", disse. Essa agenda, na avaliação do ministro, também contribuiu para a redução da inflação e da taxa de juros. Ele lembrou ainda que expectativa para 2018 é de crescimento do PIB na casa dos 3%.

Na área de investimentos, o ministro deu destaque ao Programa Avançar Parcerias, focado em projetos na área de infraestrutura, no valor de aproximadamente US\$ 43 bilhões.

"Neste ano, pretendemos lançar 75 projetos, dos quais 55 são na área de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias", informou. Com isso, disse o ministro, "queremos dinamizar e injetar novos recursos que servirão para reduzir os custos logísticos no Brasil".

Na área de melhoria do ambiente de negócios, o MDIC tem tido papel relevante, especialmente na área de facilitação de comércio. Marcos Jorge destacou o trabalho que vem sendo coordenado pela Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas para reduzir o tempo de abertura de empresas, por meio da implementação da RedeSIM.

Outra iniciativa é o Portal Único de Comércio Exterior, que já disponibilizou o módulo de exportações e iniciará as operações do módulo de importações ainda em 2018. Segundo Marcos Jorge, a previsão é reduzir 40% dos prazos médios nas operações de exportação e de importação. "O impacto econômico está estimado em acréscimo de 1,52% ao PIB no momento da implementação completa, prevista para este ano", disse.

Modernização do INPI

Na área de inovação, o MDIC tem trabalhado em um amplo processo de reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que, já em 2017, reduziu os estoques de pedidos de análise em 7,6% para patentes, 14,9% para registros de marcas e 26% para desenhos industriais. O ministro acredita que essa iniciativa contribuirá para que o Brasil integre o Acordo de Madri, que se refere ao sistema internacional de registros de marcas.

OCDE

Em maio de 2017, o Brasil solicitou formalmente a adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O ministro Marcos Jorge relembrou esse fato e pediu apoio às empresas. "O pedido de adesão à OCDE se insere no esforço de convergir a formulação, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que assegurem maior competitividade às empresas brasileiras e desenvolvimento ao país", avaliou.

Entrada do Brasil na OCDE deverá impactar sistema tributário do país

27/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Meirelles se reúne com Angel Gurría para discutir alinhamento às regras da instituição



Jose Angel Gurría, secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - Denis Balibouse - 25.jan.2018/Reuters
O ingresso do Brasil na OCDE, o clube dos ricos, poderá impactar o sistema tributário nacional.

Nesta quarta (28), Henrique Meirelles (Fazenda) e Ilan Goldfajn (BC) se reúnem com o secretário-geral da instituição, Angel Gurría, a fim de avaliar o potencial do Brasil para se alinhar às regras tributárias da OCDE.

O país é candidato a se filiar à OCDE e formalizou o seu pedido no fim de maio do ano passado.

“Uma entrada do Brasil na OCDE deverá forçar o país a abandonar uma posição que ele tem mantido de ter um sistema tributário desconectado da realidade mundial”, diz Raquel Novais, sócia do Machado Meyer.

“Pode desencadear uma ação para o estabelecimento de tratados para evitar a dupla tributação. O Brasil tem 33 tratados, com 33 países, e eles não incluem os EUA, nem a Inglaterra”, afirma.

“Para se ter uma comparação, o México tem 55 tratados; a África do Sul, cerca de 80.” O Brasil poderá ser levado a criar algo como o VAT, imposto geral que se aplica sobre bens e serviços, segundo Ana Utumi, do Utumi Advogados.

“Há no Brasil uma multiplicidade de tributos, enquanto em outros países é muito mais simples”, diz.

“O Brasil precisaria observar vários padrões internacionais e, ao aderir, a interpretação da Receita Federal sobre alguns conceitos de tributação precisaria mudar”, afirma Cristiano Chagas, sócio do Demarest.

Um exemplo é o Imposto de Renda retido na fonte quando empresas estrangeiras prestam serviços técnicos para uma brasileira, diz Fernanda Kotzias, do Veirano.

Receita diz que houve concentração de pagamento à vista no Refis em janeiro

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Praticamente metade da arrecadação com o Refis em janeiro partiu de contribuintes que quitaram o valor do débito à vista, com direito a descontos de 90% nos juros e 70% nas multas. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que essa é uma evidência de que muitos contribuintes tinham capacidade de pagamento, mas pressionaram em busca de um abatimento maior na dívida com o Fisco.

A arrecadação com o parcelamento no mês passado ficou em R\$ 7,938 bilhões, sendo que aproximadamente R\$ 4 bilhões foram de contribuintes que optaram pelo pagamento à vista – desempenho que não deve se repetir nos próximos meses.

“Os contribuintes tinham, sim, capacidade de pagamento, estavam postulando somente o desconto, não o parcelamento. Isso vai ao encontro das nossas argumentações, demonstramos resistência (aos parcelamentos especiais)”, disse Malaquias, durante entrevista coletiva sobre os dados da arrecadação em janeiro.

Diante da sinalização de benefícios maiores por parte do governo federal, o Refis registrou inclusive uma adesão maior do que a prevista pela Receita Federal. Foram cerca de 90 mil contribuintes inscritos no programa.

“O favor fiscal concedido nesse último parcelamento foi superdimensionado. Houve adesão de maior número de contribuintes, além da taxa que estávamos projetando”, disse o técnico. “Renunciamos mais do que era previsto”, admitiu Malaquias. Os números detalhados de adesões e renúncia fiscal com o programa ainda estão sendo fechados, mas a análise preliminar da Receita já indica que esse volume superou as expectativas.

O técnico da Receita disse ainda que, após um período de recessão, é normal que contribuintes tenham dificuldades em pagar seus tributos em dia. Esses, disse Malaquias, “mereciam ter os débitos parcelados”.

“Mas ganhou força muito mais a corrente de quem queria reduzir sua dívida. Não se trata de ser contra o parcelamento, é que é um tremendo desequilíbrio e falta de equidade no tratamento. Muitos contribuintes pagaram seus débitos com atraso, com dificuldade, com multa e juros. Esses ficaram em desvantagem financeira, concorrencial e competitiva em relação a quem teve os descontos”, afirmou o técnico.

Desonerações

A Receita Federal não divulgou os dados da renúncia fiscal do governo federal com as desonerações tributárias no mês de janeiro. De acordo com Malaquias, isso ocorreu porque as projeções relativas às desonerações com programas aprovados no fim do ano passado não ficaram prontas.

Em dezembro, o Congresso Nacional aprovou medida provisória que prorrogou a vigência do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) até 31 de dezembro de 2019. O mesmo prazo passará a valer para benefícios previstos pela Lei do Audiovisual (Lei 8685/1993).

De acordo com Malaquias, como as projeções em relação à renúncia com esses dois programas não ficaram prontas, a Receita decidiu não divulgar o montante gasto com as desonerações em janeiro. Os dados serão informados no relatório de fevereiro.

Arrecadação com o último Refis soma R\$ 7,938 bi em janeiro

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A arrecadação do governo federal com o último programa de parcelamento de débitos tributários, o Refis, somou R\$ 7,938 bilhões em janeiro de 2018, informou nesta segunda-feira, 26, a Receita Federal.

Deste valor, R\$ 6,354 bilhões foram pagos diretamente ao Fisco, e outro R\$ 1,584 bilhão corresponde a parcelamentos de dívidas que já estavam inscritas na Dívida Ativa da União, gerenciada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Inadimplentes

Como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, apesar do ingresso de recursos por conta do pagamento de parcelas, contribuintes contemplados com descontos em multas e juros no último Refis já deixaram de pagar R\$ 3,1 bilhões em tributos que venceram a partir de maio de 2017. Esses débitos precisam ser quitados em dia para que eles mantenham os benefícios, sob pena de exclusão do programa.

A Receita Federal iniciou a cobrança dos valores e conseguiu recuperar até agora R\$ 1 bilhão, mas outros R\$ 2,1 bilhões ainda não foram pagos pelos devedores. A estimativa do próprio órgão é que o valor de inadimplência aumente nos próximos meses.

Com ajuda de Refis, arrecadação salta 10% e tem melhor janeiro em 4 anos

27/02/2018 – Fonte: R7

A arrecadação do governo federal saltou 10,12 por cento em janeiro sobre igual mês de 2017, a 155,619 bilhões de reais, impulsionada pelo ganho extraordinário com o Refis, programa de renegociação de dívidas tributárias.

Com isso, obteve o melhor resultado para janeiro desde 2014, quando a arrecadação somou 158,944 bilhões de reais, em dado também corrigido pela inflação, divulgou a Receita Federal nesta segunda-feira.

Só com o Refis, foram 7,938 bilhões de reais em janeiro, frente a apenas 123 milhões de reais recolhidos um ano antes com parcelamentos especiais, incluindo no âmbito da dívida ativa.

Na avaliação do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, a forte performance indica que o benefício fiscal do mais recente Refis ficou acima do que era historicamente concedido em parcelamentos do tipo.

Também houve subavaliação da capacidade de pagamento dos contribuintes, acrescentou ele. Isso porque do total levantado com o Refis em janeiro, cerca de 4 bilhões de reais vieram de pagamentos à vista, com os contribuintes quitando o total devido após terem arcado com a entrada do parcelamento no ano passado.

Quem optou por esse pagamento à vista usufruiu dos benefícios máximos previstos pelo Refis: desconto de até 90 por cento nos juros e até 70 por cento nas multas. Por isso, a expectativa da Receita é que o desempenho expressivo com o Refis não se repita nos próximos meses.

Em apresentação, a Receita também apontou que o bom desempenho de janeiro derivou da elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis a partir de julho do ano passado. Isso rendeu em janeiro arrecadação de 2,491 bilhões de reais, sobre 1,177 bilhão de reais um ano antes.

Mesmo se excluídos todos esses efeitos, ainda haveria expansão real de 2,36 por cento na arrecadação no mês passado, como reflexo da recuperação da atividade econômica. No primeiro mês do ano, também houve aumento de 5,58 por cento na receita previdenciária na comparação com igual período do ano passado, responsável por acréscimo de 1,821 bilhão de reais, somando 34,478 bilhões de reais.

O governo vem sustentando que os sinais da retomada da atividade já são traduzidos numa dinâmica mais positiva para o recolhimento de impostos. Mesmo assim, o desafio fiscal persiste, diante do peso dos gastos obrigatórios no Orçamento.

Para 2018, a meta de déficit primário é de 159 bilhões de reais para o governo central, sendo que importantes medidas para assegurar seu cumprimento, como a reoneração da folha de pagamento e a privatização da Eletrobras, ainda precisam de aprovação no Congresso Nacional.

Novo presidente do TST vai priorizar debate sobre reforma trabalhista

27/02/2018 – Fonte: Agência Brasil



Brasília - O presidente do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra Filho passa o cargo para João Batista Brito Pereira, em sessão solene com a presença do presidente da República, Michel Temer Wilson Dias/Agência Brasil

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, disse hoje (26) que a reforma trabalhista será pauta prioritária da Corte. "A prioridade de hoje é a implantação da reforma trabalhista na jurisprudência do TST, que é o órgão dedicado a uniformização da jurisprudência". Pereira tomou posse como novo presidente do TST, no lugar do ministro Ives Gandra Martins Filho.

Pereira lembrou que os julgamentos sobre a reforma só chegarão à Corte por meio de recursos interpostos contra as decisões dos tribunais regionais do Trabalho. Mas lembrou que o TST já tem um grupo de ministros discutindo a questão: "estamos com um grupo de ministros, uma comissão designada pelo Tribunal, para estudar as novidades impostas na Consolidação das Leis do Trabalho e assim, quem sabe, contribuir com os juízes do trabalho sem lhes atingir a independência, que é sagrada".

Ele disse ainda que, antes dos recursos chegarem, o que pode ser feito é a edição de algum procedimento que possa servir de referência para decisões inferiores. "Mas nada que possa vincular ao juiz, que tem a autonomia e independência nos julgamentos", reforçou, em entrevista coletiva após a cerimônia de posse.

Direito adquirido

Uma das questões discutidas na justiça do Trabalho é se as novas regras da reforma se aplicariam aos contratos já existentes quando ela entrou em vigor, em 11 de novembro, ou somente para aqueles celebrados depois desta data. O entendimento em vários casos foi pela validade das novas regras apenas nos contratos novos, preservando o direito adquirido dos trabalhadores.

No dia 14 de novembro, o governo federal editou a Medida Provisória 808, afirmando de maneira expressa que a Lei no 13.467 "se aplica, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes". Ou seja, as regras não seriam apenas para os contratos a partir de 11 de novembro, mas também seriam levadas em consideração em processos judiciais ajuizados antes mesmo da entrada em vigor da reforma. A análise a ser feita pelo pleno do TST, portanto, terá que incluir também a possibilidade dessa determinação. A MP ainda não foi convertida em lei e pode não ser efetivada pelo Congresso Nacional.

Em seu discurso de posse, o novo presidente do TST lembrou da tripartição dos poderes e acrescentou que as disposições contrárias à Constituição não serão consideradas. "Se estiver em conflito com a Constituição, prevalece a Constituição", disse.

Tomaram posse hoje, além de João Batista Brito Pereira, Renato de Lacerda Paiva como vice-presidente do Tribunal e Lelio Bentes Corrêa como corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

Emprego em recuperação faz empresário paulistano ficar novamente "otimista"

27/02/2018 – Fonte: Agência Brasil

O Índice de Expansão do Comércio (IEC) avançou 1,8% em fevereiro, passando de 99,7 pontos em janeiro para 101,5 pontos neste mês. O indicador é calculado desde 2011 pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

O resultado ficou acima de 100 pontos – limite que separa o pessimismo do otimismo – após 36 meses abaixo desse índice. Na comparação com fevereiro de 2017, quando o índice estava em 78,4 pontos, o IEC teve crescimento de 29,4%.

O índice é formado por dois componentes: expectativas para contratação de funcionários e nível de investimento das empresas. Para o levantamento foram

entrevistados cerca de 600 empresários no município de São Paulo. O indicador varia de zero a 200 pontos, partindo do desinteresse absoluto para o interesse absoluto sobre a expansão dos negócios.

Em relação à expectativa de contratação, houve alta de 0,2%. Em janeiro a pontuação estava em 117,3 e agora ficou em 117,6, ambas revelam otimismo. Na comparação anual, o aumento foi de 24%. Em fevereiro do ano passado o componente estava em 94,8.

Já quando ao nível de investimentos das empresas, houve alta de 4% em fevereiro com o índice passando de 82,1 pontos no mês anterior para 85,4. Em relação a fevereiro do ano passado, quando o componente estava em 62, o acréscimo é mais expressivo (37,7%).

A FecomercioSP avalia que, com o emprego em recuperação, "o investimento deve retornar com mais força e fazer cada vez mais parte dos planos dos empresários". A federação acrescenta ainda que "a propensão a empregar, que está quase 25% acima da apurada em fevereiro do ano passado, é também um excelente sinal".

Empresas com mulheres na liderança lucram mais, aponta pesquisa

27/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A descoberta é de um estudo da consultoria McKinsey lançado na última sexta-feira (23)



Em estudo com mais de mil empresas em 12 países, a McKinsey viu que o desempenho financeiro das empresas que têm mulheres como líderes é melhor. Bigstock

Ter mulheres em cargos de liderança aumenta em 21% a chance de uma empresa ter desempenho financeiro acima da média. A descoberta é de um estudo da consultoria McKinsey lançado na última sexta-feira (23).

Para o estudo, *Delivering Through Diversity* ("Entregando por Meio da Diversidade"), foram consideradas 1.007 empresas em 12 países, com várias métricas de diversidade e de desempenho financeiro. Pesquisa semelhante em 2014 trazia resultado menos significativo: naquela época, empresas com executivas nas suas equipes eram 15% mais propensas a ter uma performance mais elevada.

Apesar dessa tendência, a McKinsey relembra que a participação das mulheres entre líderes empresariais ainda é pequena. Mesmo as empresas com maior índice de diversidade têm apenas 10% de mulheres no seu corpo executivo, contra 1% entre as que estão nas últimas posições.

A pesquisa também mostra que, no geral, companhias no último quadrante de diversidade de gênero e cultural tiveram probabilidade 29% menor de atingir lucratividade acima da média do que as outras empresas. "Elas não apenas estavam fora da liderança como também se mostraram muito atrás", escreve a pesquisa.

Por localidade, a Austrália tem a melhor performance em diversidade de gênero, com mulheres ocupando 21% dos cargos de liderança. Logo em seguida aparecem os Estados Unidos, com 19%, e Reino Unido, com 15%.

Em termos de posições nos conselhos, a Austrália mantém a liderança, com 30%. Nos EUA, são 26%, e no Reino Unido, 22%.

Confiança do comércio atinge maior nível desde abril de 2014

27/02/2018 – Fonte: G1

Alta vem com expressivo avanço dos indicadores de satisfação com a situação atual, retratando um quadro de recuperação de vendas.

A confiança do comércio cresceu 0,4 ponto em fevereiro, para 95,5 pontos, o maior nível desde abril de 2014 (97,8), segundo informou nesta terça-feira (27) a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Um aspecto positivo dos resultados do primeiro bimestre de 2018 é o expressivo avanço dos indicadores de satisfação com a situação atual, retratando um quadro de recuperação de vendas e margens. No extremo oposto, o retorno do indicador de expectativas a um patamar inferior aos 100 pontos sugere que a recuperação continuará ocorrendo de maneira gradual”, avalia Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE.

A alta ocorreu em 8 dos 13 segmentos pesquisados e foi determinada pela melhora no índice de situação atual, que avançou 4,8 pontos, atingindo 92,8 pontos, maior resultado desde agosto de 2014 (93,1). Já o índice de expectativas caiu 4 pontos no mês, para 98,4 pontos.

Segundo a FGV, a melhora do índice de situação atual é reforçada pela melhora no indicador que retrata o desconforto do comércio, construído a partir da soma das proporções de empresas que apontam fatores limitativos à melhoria dos negócios tipicamente relacionados ao desconforto empresarial, como demanda insuficiente, custo financeiro e acesso a crédito bancário. A relação entre os dois indicadores (alta de um e queda de outro) tem sido historicamente forte, o que reforça a sinalização de recuperação gradual do setor.

Despreparo de empresas pode atrasar conclusão de negócios

27/02/2018 – Fonte: DCI

Desconto nos preços. Passivos tributários e trabalhistas, questões legais, éticas e concorrenciais, e até divergências de valores entre sócios influenciam na avaliação de venda das companhias



Cenário econômico brasileiro é considerado como promissor para a realização de negócios em 2018

O despreparo de empresas em apresentar todas as informações exigidas por investidores pode atrapalhar a conclusão de negócios num cenário econômico de 2018 considerado favorável para fusões e aquisições ou para a venda de participações societárias.

Segundo um levantamento realizado pela Okto Finance com mais 150 investidores, a falta de controles da contabilidade, problemas de registros de contratos, questões fiscais e trabalhistas, cálculo do lucro antes de impostos, taxas, amortizações e depreciações (Ebitda), dentre outros, respondem por cerca de 55% da não conclusão dos negócios na fase de due diligence (diligência) ou na próxima etapa, quando já se passaram meses ou até anos de negociação.

“Muitas vezes, o dono do negócio é surpreendido com um lançamento errado do contador, e o investidor estrangeiro já cria uma dúvida sobre a toda a contabilidade e a transparência no negócio”, conta o especialista em M&A e diretor da Okto Finance, David Denton.

Ao mesmo tempo, o cenário econômico é considerado como promissor para a realização de negócios em 2018. “É um casamento entre o comprador e o vendedor, deve-se ter transparência, honestidade e confiança”, afirma o conselheiro da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap), Clóvis Meurer.

Na expectativa dele, o mercado de *private equity* e *venture capital* – que adquire participações em empresas e projetos – poderá crescer entre 25% a 30% neste ano. “A economia está pujante”, diz Meurer. Ele pondera que o processo de compra de uma empresa pode demorar de seis meses a um ano. “É o namoro antes do casamento.”

Segundo a CEO da AGR Consultores, Ana Paula Tozzi, para que essa união entre parceiros, ou entre compradores e vendedores seja possível, antes da decisão de venda de uma empresa ou de parte da empresa deverá haver consenso entre os sócios.

“Cada acionista deve fazer uma reflexão sobre o que planeja para sua vida pessoal. Se ele pretende continuar no negócio ou sair. Se abrirá mão do controle ou não. Se venderá para um investidor estratégico ou para um fundo. Muitas vezes, o negócio não anda por desencontro entre sócios. É preciso um alinhamento entre as partes interessadas”, afirma a executiva.

O sócio da Iwer Capital, Artur Lopes, completa que os empresários devem passar as informações sobre o negócio – passivos fiscais e trabalhistas – com a maior clareza. “É desejável fazer uma reestruturação antes, a lição de casa, para comprovar números melhores”, sugere. Lopes acredita que neste ano virá muito capital de fora para o Brasil. “Os ativos estão muito baratos [em dólar]”, observou o especialista.

Para a CEO e fundadora da Sparks Capital, Ana Elisa Bacha Lamounier, a maior parte das transações não são concluídas devido à divergência de valores e divergências entre os sócios. “É sempre uma briga”, confirma.

Por outro ângulo, Ana Elisa aponta que o crescimento da economia deverá incentivar a conclusão de centenas de transações. “O juro mais baixo vai reduzir o custo de capital para investimentos. Esse cenário mais estável melhora o índice de perpetuidade das empresas e torna o *valuation* [avaliação] mais técnico”, diz a CEO da Sparks.

Na opinião do professor da Trevisan Escola de Negócios, Walter Franco Lopes da Silva, o ambiente para operações de compras de empresas e participações é promissor. “A dificuldade está na mensuração dos riscos”, disse.

O professor recomenda que os vendedores entreguem os números “impecavelmente” apurados aos potenciais interessados. “Isso evita perdas, multas contratuais, obrigações ou revisões no futuro”, aconselha Silva sobre a verificação de pendências tributárias, trabalhistas, questões societárias, legais e concorrenciais”, diz.

Já o sócio do escritório Miguel Neto Advogados, Bruno Guarnieri, sugere que os empresários realizem a “*vendor-diligence*” para apurar contingências e ajustar preços

antes se lançar ao mercado. "Até por falta de uma gestão mais profissional, o empresário acaba descobrindo surpresas negativas na diligência. É mais recomendado fazer esse processo com mais calma e não ceder a ansiedade do momento", avisa.

Quanto aos demais riscos, na semana passada, mais uma agência de classificação de risco – a Fitch Ratings – rebaixou a nota do Brasil, fator que pode afetar a intenção de fundos internacionais em aportar recursos no País.

"Desde 2015, não temos mais a nota de bom pagador. Para o estrangeiro fica a percepção de que o Brasil não vai ter condições de honrar seus compromissos. Isso compromete a nota de empresas como a Petrobras", alerta o diretor comercial nacional do Grupo Brugnara, Luiz Souza, sobre um eventual aumento dos tributos sobre as empresas para equacionar as contas públicas no País.

Souza lembrou que no ano passado, o mercado de fusões e aquisições movimentou US\$ 48 bilhões em transações no Brasil. "Ainda não sabemos as consequências desse novo rebaixamento", ponderou o diretor.

História de avanços

Em clima positivo, o setor de private equity e venture capital lança amanhã (28), o livro "Abvcap, A força da indústria de participações no desenvolvimento do Brasil", contando a história dos 18 anos do segmento. "Temos desafios pela frente. Mas construímos uma história rica e com avanços", disse Meurer.

Economia do Brasil terá 'recuperação consistente' em 2018, reforça Ilan

27/02/2018 – Fonte: G1

Ele afirmou, no entanto, que há fatores de risco para a recuperação e que país deve persistir em agenda de 'ajustes e reformas' para manter inflação baixa.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, voltou a afirmar nesta segunda-feira (26) que o cenário para 2018 prevê "recuperação consistente" da economia e com a inflação em direção à meta oficial, mas que também há riscos.

Segundo apresentação preparada para evento em São Paulo, Ilan disse que os riscos envolvem "possíveis efeitos secundários de choques favoráveis e mecanismos inerciais podem produzir trajetória prospectiva da inflação abaixo do esperado", bem como frustração das reformas econômicas e reversão do cenário externo benigno.

"O Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e reformas para manter a inflação baixa, a queda da taxa de juros estruturais e a recuperação sustentável da economia", afirmou o presidente do BC, segundo a apresentação.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em entrevista coletiva. (Foto: Alvaro Costa)

No início deste mês, o BC desacelerou o passo e cortou a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, à nova mínima recorde de 6,75% ao ano, e sinalizou o fim do ciclo de afrouxamento na Selic devido à melhor recuperação da atividade econômica no país.

Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, divulgada dias depois, reforçou esse posicionamento, mas também informou que seus membros divergiram sobre qual comunicação deveria ser adotada para a próxima reunião, em março.

Enquanto alguns manifestaram preferência por manter "elevado grau de liberdade", outros defenderam sinalizar de modo mais claro o possível fim do ciclo, com liberdade de ação, mas em menor grau.

A conclusão de todos, no fim, foi por indicar o encerramento do ciclo "caso a conjuntura evolua conforme o cenário básico", mas mantendo espaço para queda "moderada" adicional nos juros caso haja alteração nesse quadro.

Com isso, o mercado de juros futuros precificava apostas divididas sobre o próximo passo do BC, em março, entre novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros e manutenção.

Em sua apresentação nesta manhã, Ilan também reforçou que "o cenário internacional encontra-se benigno, mas não podemos contar com essa situação perpetuamente".

Recentemente, os mercados financeiros mundo afora reagiram com volatilidade aos sinais de fortalecimento da economia dos Estados Unidos. O temor é de que o Federal Reserve, banco central do país, possa ser mais duro ao elevar a taxa de juros para enfrentar as pressões inflacionárias.

Tesouro diz que adiamento da reforma da Previdência não afeta metas

27/02/2018 – Fonte: Agência Brasil

O adiamento da reforma da Previdência não tem impacto sobre o Plano de Financiamento Anual (PAF), de acordo com o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Leandro Secunho. Ele disse hoje (26), em Brasília, que o adiamento da reforma trará consequências mais a médio prazo e que não será necessário rever a meta do governo para este ano.

No fim de janeiro, o governo divulgou o PAF, que traz metas para a dívida pública este ano. De acordo com o plano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim de 2018 entre R\$ 3,78 trilhões e R\$ 3,98 trilhões. Em janeiro, de acordo com o resultado divulgado nesta segunda-feira, a dívida chegou a R\$ 3,528 trilhões.

"Por ora, não muda nada, [não é preciso] revisar o intervalo indicativo, nada disso. Os cenários [previstos pelo governo] comportam esse cenário que está acontecendo. Até porque [a reforma da Previdência] sendo aprovada este ano, o impacto no déficit ou na conta, ou na nossa gestão seria muito minimizado. Seria um impacto mais ao longo do tempo", disse Secunho.

Ele ressaltou que, se a questão da Previdência não for discutida e não for tomada alguma providência, "isso vai trazer impactos relevantes para nossa dívida, seja de [ter] mais dívida, um maior volume de dívida com necessidade maior de financiamento desse déficit, seja em termos de composição".

Com a intervenção federal no sistema de segurança do Rio de Janeiro, o Congresso Nacional fica impedido, pela Constituição, de aprovar quaisquer propostas de emenda à Constituição (PEC), caso da reforma da Previdência, enquanto a intervenção vigorar.

Conforme a proposta do governo de reforma da Previdência, trabalhadores do setor privado e servidores públicos deverão seguir as mesmas regras, com um teto de R\$ 5,5 mil para se aposentar e sem a possibilidade de acumular benefícios. Para trabalhadores rurais, idosos e pessoas com deficiência sem condições de sustento, as regras não sofrerão mudanças.

Rebaixamento

Secunho comentou ainda que, apesar do rebaixamento do Brasil por agências estrangeiras de classificação de risco, investidores seguem interessados no país. Na semana passada, a agência de classificação de risco Fitch Ratings rebaixou a nota de crédito da dívida soberana do Brasil.

No mês passado, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou o Brasil para três níveis abaixo do grau de investimento com perspectiva estável.

"Existe demanda, existe atratividade pelos títulos brasileiros", disse. Segundo ele, o Brasil foi rebaixado mais por questões qualitativas, que envolvem temas políticos e abertura para reformas como a da Previdência, do que por questões quantitativas - a situação econômica em si. As avaliações das agências são totalmente independentes, não estamos aqui para avaliar se estão erradas ou certas", argumentou.

A classificação de risco por agências estrangeiras representa uma medida de confiança dos investidores internacionais na economia de determinado país. As notas servem como referência para os juros dos títulos públicos, que representam o custo para o governo pegar dinheiro emprestado dos investidores.

O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública. Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui.

Meirelles confirma estudos sobre preço do gás para baixa renda

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou que a equipe econômica estuda medida para tentar reduzir o preço do gás de cozinha. "Estamos estudando, sim, e quando ficar pronto a gente anuncia", disse o ministro ao deixar a posse do novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira.

No começo do mês, o presidente Michel Temer anunciou em entrevista que havia pedido à área técnica do governo estudos que permitam redução no preço do gás de cozinha para beneficiar famílias de baixa renda.

Embora o modelo estudado não passe por subsídio ao preço do botijão de 13 kg, uma das ideias é introduzir esse valor no Bolsa Família. Seria uma forma de elevar o valor do benefício, que já estava sendo estudado pelo governo, só que direcionado para o gás de cozinha. O governo informou ainda que não pensa em adotar medidas como vale gás ou uma redução para todos os consumidores.

Tribunal alemão permite veto a carros a diesel, em derrota para montadoras

27/02/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Um tribunal da Alemanha decidiu nesta terça-feira que cidades do país podem proibir carros a diesel do tráfego urbano. Analistas estimam que essa restrição possa custar ao setor automotivo até 8 bilhões de euros (US\$ 9,5 bilhões) para que realizem mudanças em milhões de veículos para reduzir a poluição.

As primeiras proibições podem ser adotadas dentro de três a seis meses, segundo Juergen Resch, diretor da Ação Ambiental Alemanha, grupo sem fins lucrativos que entrou primeiro na Justiça. As administrações municipais podem agora restringir a circulação de carros a diesel para combater a poluição do ar. O Tribunal Administrativo Federal, Em Leipzig, rejeitou uma apelação de dois Estados contra decisões de instâncias inferiores, segundo as quais a circulação de carros a diesel poderia ser restringida.

Grupos ambientais processaram dezenas de cidades alemãs, com o argumento de que elas têm uma responsabilidade em reduzir a poluição excessiva do ar para proteger a saúde pública. Os carros a diesel emitem óxidos de nitrogênio, que causam problemas respiratórios e milhares de mortes prematuras todos os anos.

A decisão judicial é tomada após o escândalo da Volkswagen, que admitiu em setembro de 2015 ter instalado softwares para fraudar testes de emissões de poluentes. A montadora alemã vendia carros mais poluentes do que o permitido pela legislação em vários países, entre eles os EUA. Depois foi descoberto que outras empresas do setor haviam usado expediente similar.

Após a decisão judicial, a ação da Volkswagen recuava 1,74% e a da BMW caía 0,97%, na Bolsa de Frankfurt, por volta das 8h40 (de Brasília). (Equipe AE, com informações da Dow Jones Newswires e da Associated Press).

Toyota desenvolve transmissão CVT com engrenagens e novos motores 2.0

27/02/2018 – Fonte: Automotive Business



Novo powertrain da Toyota: câmbio CVT-DSG, motor 2.0 e câmbio manual de seis marchas

Serão usados nos carros que adotam a plataforma global TNGA

A **Toyota** informa que começou a desenvolver uma inovadora **transmissão CVT com engrenagens de partida e novos motores 2.0** mais eficientes, a serem usados em sua plataforma modular global TNGA (do inglês Nova Arquitetura Global Toyota), que até o fim de 2023 pretende adotar em cerca de 80% de seus veículos convencionais ou híbridos Toyota e Lexus.

A TNGA foi lançada em 2015 e aplicada primeiro na quarta geração do híbrido Prius, o SUV compacto C-HR já nasceu sobre ela e já é adotada pelos sedãs Camry e Avalon, ainda este ano será também no novo Corolla.

A nova transmissão CVT-DSG em desenvolvimento pela Toyota combina a suavidade da transmissão continuamente variável (CVT), acionada por duas polias de diâmetro variável e uma correia de aço, com o torque das caixas de câmbio automáticas de dupla embreagem, com a introdução de engrenagens de partida, para reduzir perdas mecânicas e aumentar a eficiência em baixas velocidades.

Ao dar a partida após uma parada completa, o sistema utiliza as engrenagens para assegurar maior potência, o que soluciona a sensação de lentidão dos veículos equipados com CVT. Depois que o carro ganha impulso, a energia do motor passa a ser transmitida por meio da correia, agora com relações mais altas.

Segundo a Toyota, a nova CVT-DSG permite o uso de correia e polias menores, garante trocas de marchas 20% mais rápidas e com economia de combustível de 6% em comparação com a transmissão existente.

Paralelamente, a Toyota também desenvolve uma nova transmissão manual de seis velocidades 6MT para a TNGA, em resposta às crescentes demandas em mercados específicos. Comparada à versão existente, a massa (volume) total da nova caixa de câmbio foi reduzida em 7 kg e o comprimento em 24 milímetros.

A fabricante japonesa garante que será uma das menores transmissões do mundo, contribuindo para redução de peso e consequente economia de combustível.

Agregada ao sistema iMT (sigla em inglês para Transmissão Manual Inteligente), as rotações do motor são ajustadas automaticamente nas trocas de marcha, evitando trancos.

NOVA GERAÇÃO DE MOTORES 2.0

A Toyota chama de “novo Motor de Força Dinâmica” o modelo de 2-litros com injeção direta de gasolina que está desenvolvendo para uso na TNGA, tanto para veículos elétricos híbridos como para carros convencionais.

A fabricante informa que a adoção de tecnologias de combustão de alta velocidade e um sistema de controle variável de válvulas garantem mais potência e torque, ao mesmo tempo em que foram reduzidas as perdas de energia relacionadas aos sistemas de resfriamento e escape e ao atrito de peças mecânicas. Com isso, os novos propulsores terão eficiência térmica de 40% – usualmente os motores a gasolina transmitem à propulsão das rodas de 30% a 35% da energia gerada pela combustão.

O Sistema Híbrido da Toyota (THS II) acoplado ao novo motor 2.0 deve aumentar ainda mais a eficiência de combustível dos novos modelos híbridos-elétricos da marca. Na aceleração, o sistema reduz as rotações do motor a combustão enquanto extrai maior energia elétrica da bateria.

Também com o objetivo de melhorar a eficiência energética e o desempenho fora-de-estrada, estão em desenvolvimento dois novos sistemas de tração integral 4x4. Um deles é o novo sistema de Vetorização Dinâmica do Torque, aplicado a veículos com motor a gasolina.

O mecanismo distribui o torque independentemente às rodas traseiras conforme as condições de condução, para manter alta performance mesmo em estradas mais severas. Quando a tração integral não é necessária, o sistema desconecta duas rodas da transmissão para privilegiar economia de combustível.

Para seus veículos híbridos, a Toyota desenvolve a tração elétrica E-Four, que aumenta em 30% o torque total das rodas traseiras, quando comparado às versões atuais.

A nova transmissão CVT e a manual de seis marchas, e os dois novos motores 2.0, para modelos híbridos e convencionais, representam quatro componentes dos sistemas de powertrain planejados para a plataforma TNGA, que prevê até o fim de 2021 a introdução de 17 versões de nove motores, 10 versões de quatro transmissões e 10 versões de seis transmissões de sistemas híbridos.

A Toyota estima que as unidades de propulsão usadas na TNGA aumentarão a eficiência energética de seus carros para reduzir as emissões de CO2 em mais de 18%.

Produção brasileira só deve superar 4 milhões de carros em 2026

27/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Projeção da IHS Markit aponta que País depende de política industrial e de exportações para avançar

A indústria automotiva brasileira tende a demorar alguns anos para superar recordes alcançados no passado. A IHS Markit estima que a produção nacional de veículos leves chegue a 3,4 milhões de unidades em 2021, alcançando novamente o patamar histórico registrado em 2013.

Depois, apenas em 2026, os níveis devem se fortalecer para que enfim as fábricas locais superem a marca de 4 milhões de unidades. “O nosso forecast é cauteloso

porque tudo depende da situação política até as eleições presidenciais”, observa Carlos da Silva, gerente de produção da consultoria para a América do Sul.

Por isso, para 2018 a empresa traça perspectivas próximas às da Anfavea: 2,45 milhões de emplacamentos e 3 milhões de veículos produzidos, considerando apenas os modelos leves. O mercado, destaca Carlos, poderá alcançar novamente 3,7 milhões de carros em 2025.

DESAFIOS NO CURTO PRAZO

O consultor alerta, no entanto, que a evolução depende de alguns fatores. No curto prazo, enumera, a participação das vendas a frotistas no total de emplacamentos é preocupante. Segundo a Fenabrave, entidade que representa os distribuidores de veículos, mais de 30% dos veículos negociados no País são vendidos a empresas.

“Não é algo essencialmente ruim se a demanda dos frotistas estiver realmente nesse nível. A questão é que pode ser um movimento sustentado por descontos importantes que estimulam as vendas artificialmente, prejudicam a lucratividade e a criação de valor futuro”, avalia Silva. Além disso, ele cita a inflação favorável e a oferta maior de crédito como fatores que beneficiaram as vendas recentemente e que, portanto, precisam se sustentar para que os volumes continuem a se fortalecer.

SETOR PRECISA DE POLÍTICA INDUSTRIAL

Para o especialista da IHS Markit, além de um mercado consistente, a produção automotiva precisa também de política industrial de logo prazo para avançar nos próximos anos. “Estamos à espera do Rota 2030”, diz Silva, citando o programa que está há quase um ano em negociação no governo, mas sem perspectiva de aprovação. Segundo o consultor, é essencial, no entanto, traçar um plano que garanta previsibilidade para a indústria automotiva trabalhar.

Outro fator decisivo para o setor, cita, é um trabalho consistente para elevar as exportações. Silva aponta que as montadoras precisam desenvolver um bom plano. “Deve ser uma estratégia de longo prazo, não uma política de compensação para quando o mercado interno está fragilizado”, reforça.

SAIBA MAIS NO FÓRUM DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Carlos da Silva vai apresentar mais projeções para o mercado brasileiro durante o [Fórum da Indústria Automobilística](#), evento que será realizado por **Automotive Business** em São Paulo no próximo dia **16 de abril**. Além dele, estarão lá profissionais de consultorias como Jato Dynamics e Carcon Automotive, além de uma série de especialistas como Antonio Megale, da Anfavea, Dan Ioschpe, do Sindipeças, e Gil Giardeli, da 5era Gaia Creative.

Além de conteúdo essencial para planejar os negócios, o evento trará rodada de negócios com mais de 50 profissionais da área de compras de diversas montadoras. Em paralelo, acontece também mais uma edição do AB Lab Inovação, uma seção para discutir os rumos das empresas automotivas em cenário de forte transformação.

Scania prevê avanço de 30% das vendas de caminhões em 2018

27/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Pesados podem até superar este índice e atingir as 40 mil unidades, estima o VP comercial, Roberto Barral

O ano começou muito bem para a **Scania**: a montadora de **caminhões** focada nos segmentos pesado e semipesado já registra a venda de mais de 1 mil unidades entre

janeiro e fevereiro antes mesmo do fim do primeiro bimestre. É de fato um início de ano atípico – historicamente são os meses mais fracos em termos de volume de negócios. Para se ter ideia, no mesmo período de 2017, a empresa vendeu metade deste volume. Com este cenário mais positivo a montadora renova seu otimismo e projeta um 2018 de crescimento mais robusto.

Suas previsões apontam que o mercado de caminhões crescerá 30% em 2018, mesmo índice previsto para o segmento em que atua, o de caminhões semipesados e pesados (acima de 16 toneladas de PBT), que deve chegar a 40 mil unidades neste ano – dos quais a empresa quer fatia de 7 mil.



O vice-presidente de operações comerciais da Scania no Brasil, Roberto Barral, afirma que a previsão está baseada em uma reação consistente do mercado, que vem sendo observada desde setembro do ano passado, que se manteve no fim de 2017 e perdura até agora.

Tanto que na Fenatran, realizada em outubro passado, Barral diz que trabalhava com uma projeção de crescimento das vendas para 2018 entre 15% e 20%, previsão que foi melhorada conforme os clientes demonstraram interesse real na compra de caminhões novos. A própria feira foi um marco: durante o evento, a Scania conseguiu efetivar 1,3 mil prospecções em negócios.

O executivo avalia que o aumento da confiança do consumidor reaqueceu a economia a partir do descolamento com o cenário político. "Temos uma melhora gradativa do mercado e contamos com alguns fatores que poderão ser decisivos para um ano melhor, como a baixa dos juros", analisa.

O diretor de vendas de caminhões, Ricardo Vitorasso, reforça que o agronegócio continuará puxando o mercado de caminhões pesados em 2018, como foi no ano passado, principalmente pela movimentação da safra. "O segmento de grãos continua forte, mas o aumento da demanda no transporte de cargas vem também com outros segmentos, como o de cargas industriais", explica.

O setor de mineração também está renovando frota: por ser uma das pontas da cadeia industrial, está refletindo a melhora do segmento. Outro fator que está alavancando o mercado de caminhões é que com a crise, muitas empresas transportadoras fecharam as portas, elevando a necessidade das que ficaram em atender a demanda crescente, fazendo inclusive com que algumas empresas analisem a necessidade de aumentar sua frota. Tudo isso também está gerando a recuperação do frete. Contudo, na avaliação da empresa, apenas a construção civil ainda não demonstrou este reaquecimento.

ANO BOM

Barral conta que a retomada do mercado de caminhões não pegou a Scania de surpresa e que a empresa vem se preparando para elevar o padrão de suas operações no Brasil antes mesmo das vendas esboçarem uma reação.

No início do ano passado, a montadora anunciou um investimento de R\$ 2,6 bilhões no Brasil, para ampliação de capacidade e modernização de sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP), como a robotização da linha responsável pela montagem de cabines. O investimento também previa o desenvolvimento dos novos motores de 450 cv e de 510 cv, que segundo testes internos, estão 5% mais econômicos com relação aos propulsores atuais, de 440 cv e 480 cv. Parte das vendas efetivadas pela empresa neste primeiro bimestre já contemplam caminhões com os novos motores, cuja produção começou neste mês.

Outra parte do aporte também será destinada para a rede de concessionárias, cujas ações a empresa prefere não revelar. Atualmente, a marca conta com 120 revendas distribuídas em todo o País, todas certificadas com o padrão de qualidade e atendimento pela montadora.

Ela foi responsável pelo desempenho positivo da marca no ano passado: a Scania foi uma das montadoras de caminhões que mais cresceu em termos de volume e participação de mercado, terminando o ano em 5ª colocada no ranking do setor. Suas vendas fecharam em 5,7 mil unidades, crescimento de 35,5%, muito acima dos 9% registrados pelo setor.

Este volume elevou sua participação em 2,61 p.p. no mercado total de caminhões, para 11%, apenas 0,4 p.p. atrás da rival Volvo. Considerando apenas o segmento de pesados e semipesados, a Scania alcançou market share de 26% contra 23% do ano anterior.

“O ano de 2017 foi de celebração pelos 60 anos da marca no Brasil e também pelo nosso desempenho. Temos agora uma boa perspectiva para 2018 e não acredito que essa reação seja uma bolha do mercado”, defende Barral.

Ele analisa que com a retomada, o índice de produção destinado ao mercado local deve aumentar gradativamente. Hoje, de tudo o que a fábrica brasileira produz, entre caminhões e ônibus, 70% são destinados às exportações. “Em 2013, era exatamente o contrário, a proporção era 70% para o mercado interno e 30% para exportações”, lembra.

Em termos de serviços, a Scania também comemora: 40% dos caminhões que saem de fábrica contratam algum plano de manutenção. Além disso, a empresa contabiliza 8 mil veículos conectados desde que lançou o serviço de gerenciamento de frota, há pouco mais de um ano.

Ducati faz recall de cinco modelos no Brasil

27/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Possibilidade de problema no freio dianteiro gerou a convocação

A possibilidade de problema no freio dianteiro levou a **Ducati** a fazer um **recall** para os modelos 1299 Panigale, 1299 Panigale S, Monster 1200 S, Multistrada 1200 S e XDiavel S.

A empresa percebeu que esforços típicos de utilização em pista, intervenções frequentes do sistema ABS e eventuais quedas da moto podem levar a alterações no pistão flutuante da bomba de freio dianteiro Brembo, prejudicando a frenagem do veículo e podendo ocasionar quedas e danos físicos ao piloto, garupa e terceiros.

Os proprietários devem entrar em contato com uma concessionária Ducati de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou pelo 0800 738 2284 para agendar a troca do componente.

O tempo estimado para o serviço é de cerca de uma hora. Outras informações podem ser obtidas pelo www.brasil.ducati.com.

Veja abaixo a relação das motos afetadas:

Modelo	Ano	Intervalo (não sequencial)		Data de Fabricação	
		Início do Chassi	Final do Chassi	Início	Final
PANIGALE 1299 / PANIGALE 1299 S	2016	95VH903AAGM000001	95VH903AAGM000126	30/11/2015	14/10/2016
PANIGALE 1299 / PANIGALE 1299 S	2017	95VH903AAHM000127	95VH903AAHM000246	06/03/2017	14/09/2017
MONSTER 1200 S	2017	95VMA02AAHM000005	95VMA02AAHM000060	30/05/2017	25/08/2017
MULTISTRADA 1200 S	2016	95VAA00AAGM000004	95VAA00AAGM000168	14/10/2015	22/07/2016
MULTISTRADA 1200 S	2017	95VAA00AAHM000247	95VAA00AAHM000576	31/10/2016	26/06/2017
MULTISTRADA 1200 S	2018	95VAA00AAJM000707	95VAA00AAJM000716	06/09/2017	26/09/2017
X DIAVEL S	2016	95VGA00AAGM000003	95VGA00AAGM000027	23/05/2016	26/08/2016
X DIAVEL S	2017	95VGA00AAHM000152	95VGA00AAHM000295	20/01/2017	25/08/2017
X DIAVEL S	2018	95VGA00AAJM000316	-	27/09/2017	-

Fornecedores precisam de novos negócios para sobreviver

27/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Estudo da Roland Berger aborda o impacto da transformação da indústria na cadeia produtiva

A esperada mudança no setor de transporte e mobilidade nos próximos anos abala os negócios não só nas montadoras de veículos, mas também nos fornecedores de sistemas, tecnologias e componentes que compõe a cadeia automotiva. Em parceria com a Lazard, a Roland Berger elaborou estudo sobre as perspectivas para estas empresas. Segundo o documento, buscar novos negócios será essencial para a sobrevivência das organizações.

A verdade é que, para o fornecedor, a saída é bem mais complicada porque os volumes de vendas vão se estagnar e as necessidades passarão por mudança”, diz Rodrigo Custódio, diretor da Roland Berger para o Brasil. “As empresas precisam se capitalizar para investir em tecnologia.”

Ele cita uma série de tecnologias usadas hoje nos carros, mas que tendem a sumir nos próximos anos, como sistema de direção hidráulica, peças fundidas, espelhos – que devem ser substituídos por câmeras, além, claro, de algumas soluções menos eficientes para motores a combustão.

A consultoria lembra que as megatendências que impactam a indústria automotiva (mobilidade, direção autônoma, digitalização e eletrificação) terão efeito importante sobre a cadeia produtiva. Segundo Custódio, o caminho dos fornecedores para encarar a mudança está em “ampliar o olhar” ao apostar em novas linhas de produtos e serviços, além de preparar a organização para captar recursos financeiros e assim garantir capacidade para financiar a própria evolução.

O consultor cita exemplos como o da [Bosch](#), que tem se ajustado e anunciou recentemente a criação de uma divisão focada em novos serviços de mobilidade. Outro caso importante, aponta, é o da [Delphi](#), que realizou um spin off e tornou a sua divisão de eletrônica, conectividade e segurança um negócio separado, criando a Aptiv.

VENDAS AINDA CRESCEM, MAS CAMINHAM PARA A ESTAGNAÇÃO

O estudo da Roland Berger enfatiza que o cenário já dá sinais de que as antigas fórmulas não vão funcionar por muito tempo para as empresas. “As vendas globais de veículos bateram recorde no ano passado, mas essa expansão tende a se estagnar”, observa Custódio.

CENÁRIO PARA OS FORNECEDORES AUTOMOTIVOS

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS



Redução do crescimento com pressão nas margens e necessidade de inovação



Mudança tecnológica rápida com necessidade de investir em P&D sem garantia de retorno financeiro



Hardware perde valor: componentes passam a ser commodities com demanda por redução de custos e aumento da eficiência



Software será o diferencial: mudança tornará muitos negócios importantes obsoletos e vai elevar a competição com empresas de tecnologia



Desafio financeiro: fornecedores que entregam componentes vistos como commodities começam a perder valor

CAMINHOS PARA TRANSFORMAR O MODELO DE NEGÓCIO



Repensar a estratégia: identificar novas oportunidades e consolidar o portfólio e a atuação



Traçar mapa tecnológico: mirar o longo prazo e buscar posição como fornecedor não só de produto, mas também de serviços



Reduzir custos operacionais: será preciso enxugar gastos e, ao mesmo tempo, e levantar capital para financiar a renovação



Rever a cultura corporativa para acelerar inovação e competir em novas áreas tecnológicas



Estabelecer parcerias para avançar em novos ecossistemas e inovar com mais agilidade

Fonte: Roland Berger e Lazard

Além disso, diz, as margens dos fornecedores da cadeia automotiva crescem em ritmo cada vez mais lento. Segundo ele, a performance financeira de cada companhia varia muito de acordo com a região em que atua, o modelo de negócio, o tamanho da organização e a linha de produtos.

Segundo o levantamento, fabricantes com forte atuação na China, Estados Unidos e Canadá são as que conseguem sustentar melhor performance financeira, ao lado das companhias que produzem componentes para o exterior dos veículos, chassis e pneus.

Enquanto isso, os fabricantes de componentes para motores enfrentam forte pressão em suas margens, indica o estudo.

Para Custódio, o cenário é ainda mais desafiador porque as empresas precisam investir em desenvolvimento tecnológico mesmo com a lucratividade prejudicada.

Há também mudança importante de paradigma, diz, já que a tendência é que o fornecimento de produtos e componentes perca a relevância, enquanto o software seja o grande diferenciador e gerador de receitas para as empresas. Assim, digitalizar é essencial.

O BRASIL, CAMINHO ESTÁ NA CONSOLIDAÇÃO

O consultor lembra que, mesmo que demore um pouco mais, o Brasil está na rota da transformação global do setor de transportes. A mudança, estima, deve acontecer de forma mais intensa no País a partir de 2025. Os fornecedores, portanto, precisam se preparar.

“É essencial enxugar operação e levantar capital, firmar parcerias com outras companhias e startups. A consolidação é um caminho, já que pequenas e médias empresas brasileiras teriam mais dificuldade de passar por este processo”, diz.

Custódio alerta que as filiais brasileiras de companhias globalizadas também precisam desenvolver projetos nacionais. “Há uma mudança de foco das matrizes, que não estão mais com os olhos no Brasil. É preciso perceber isso e trabalhar localmente de outra maneira”, aconselha.

Etanol sobe em 13 Estados e no DF; alta média semanal é de 1,2% no Brasil

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros subiram em 13 Estados brasileiros e no Distrito Federal na semana passada, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas. Em 10 Estados houve recuo e, na Bahia, Goiás e Paraná, estabilidade.

Em São Paulo, principal Estado produtor e consumidor, a cotação média do hidratado apresentou queda, após alta da semana passada. O litro foi para R\$ 2,886, recuo de 0,21%.

No período de um mês os preços do combustível subiram 0,63% nos postos paulistas. A maior alta no etanol na semana passada, de 1,78%, foi no Rio de Janeiro. A maior baixa semanal, de 0,86%, ocorreu em Alagoas. Na média dos postos brasileiros pesquisados pela ANP houve alta de 0,03% no preço do biocombustível entre os períodos.

No período de um mês, os preços do etanol recuaram no Acre, no Ceará, em Goiás, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Roraima, avançando em todos os outros Estados e no Distrito Federal. O destaque de alta mensal foi a Bahia, com valorização de 8,34% no biocombustível no período de um mês.

Na média brasileira, o preço do etanol nos postos brasileiros pesquisados pela ANP acumulou aumento de 1,2% na comparação mensal.

No Brasil, o valor mínimo registrado na semana passada para o etanol em um posto foi de R\$ 2,577 o litro, em Mato Grosso, e o máximo individual ficou de R\$ 4,010 o litro, no Rio Grande do Sul.

Vantagem

Os valores médios do etanol hidratado permanecem vantajosos sobre os da gasolina somente em postos dos Estados de Mato Grosso e Goiás, segundo dados da ANP, compilados pelo AE-Taxas. O levantamento considera que o combustível de cana, por ter menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Em Mato Grosso, onde o etanol é o mais competitivo, o biocombustível é vendido em média por 60,92% do preço da gasolina. Em Goiás a paridade está em 67,11%. Minas Gerais, onde o etanol vale, em média, 71,88% do preço da gasolina é o Estado onde o limite de paridade desfavorável entre o etanol e o combustível de petróleo está mais próximo aos 70%.

A gasolina é mais vantajosa no Rio Grande do Sul. Naquele Estado, o preço do etanol atinge 92,21% do cobrado em média pela gasolina.

Receita: queda de juro diminui ganho em aplicações e reduz arrecadação

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Embora haja diversos sinais de recuperação na arrecadação em janeiro, a Receita Federal identificou uma queda nas receitas com Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital em janeiro de 2018. Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, isso se deve à queda da taxa de juros.

A taxa básica de juros, a Selic, estava em 13,0% ao ano em janeiro de 2017. Agora, está no mínimo histórico de 6,75% ao ano. "Diminuíram os ganhos nas aplicações

financeiras, o que afeta a arrecadação de tributos”, afirmou Malaquias. A queda na arrecadação de IRRF sobre rendimentos de capital foi de 7,87% ante janeiro do ano passado, já descontada a inflação.

Por outro lado, tributos que têm como base o consumo ou as importações exibiram um desempenho que reflete a melhora na atividade econômica, disse o técnico. Um exemplo é o PIS/Cofins, cuja arrecadação teve alta real de 12,77% em janeiro de 2018 ante igual mês de 2017.

“É um tributo que tem como base o consumo. Tendo acréscimo no desempenho das vendas, isso reflete diretamente. Ele também sofreu influência da elevação de alíquotas de combustíveis”, disse Malaquias.

No caso da receita previdenciária, o avanço de 5,58% no mesmo período foi puxado pelo avanço da massa salarial. Já o crescimento de 17,01% na arrecadação de Imposto sobre Importação e do IPI vinculado mostram recuperação de importações.

“O Imposto sobre Importação é um importante sinalizador da atividade industrial. É um sinal de que existe demanda na ponta, no varejo”, afirmou.

Setor externo deve ter superávit de US\$ 300 milhões em fevereiro, diz BC

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

As transações correntes devem registrar superávit de US\$ 300 milhões no mês de fevereiro. A estimativa foi divulgada pelo chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha. O resultado positivo neste mês é em decorrência especialmente do ingresso de lucros e dividendos enviados por filiais de empresas brasileiras no exterior. Como é atípico, o BC mantém a previsão de tendência de aumento do déficit no ano.

Dado parcial de fevereiro até o dia 22 indica que o Brasil já registrou ingresso líquido de US\$ 1 bilhão em remessas de lucros e dividendos no mês. “Embora não seja propriamente um dado sazonal, é comum que as receitas de lucros e dividendos sejam fortes no começo do ano dependendo do que aconteceu no ano anterior”, disse.

Apesar desse comportamento atípico, Fernando Rocha reafirmou a aposta de que a tendência do déficit externo é de elevação durante 2018. O BC prevê déficit de US\$ 18,4 bilhões no ano, bem superior aos US\$ 9,762 bilhões observados no ano passado. “A razão desse aumento é o maior dinamismo da atividade doméstica, que eleva a demanda por bens e serviços do exterior”, disse o técnico do BC.

Investimento Direto

O Brasil recebeu US\$ 3 bilhões em Investimento Direto no País (IDP) nos 22 primeiros dias do mês de fevereiro, conforme dado parcial divulgado pelo chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central. Segundo ele, o mês de fevereiro deve terminar com ingresso de US\$ 4,2 bilhões em IDP.

Ao divulgar as estimativas, Rocha comentou que a entrada de US\$ 6,466 bilhões em IDP no mês passado surpreendeu porque no fim de janeiro foram registradas grandes operações que somaram US\$ 2 bilhões. “Eram operações esperadas para o conjunto do ano, mas que não esperávamos em janeiro”, disse. Para o ano, o BC prevê entrada de US\$ 80 bilhões em IDP em 2018.

Renda fixa

Após a forte entrada de capital estrangeiro para investimento financeiro no mês passado, dados preliminares de fevereiro indicam reversão e pequena saída de recursos. Dados do Banco Central mostram fluxo líquido negativo de US\$ 118 milhões

no investimento estrangeiro em ações brasileiras no mês até o dia 22. Já as aplicações em renda fixa registraram saída líquida de US\$ 97 milhões no mesmo período.

Os números indicam reversão da tendência positiva observada no primeiro mês do ano, quando ingressaram US\$ 4,1 bilhões para ações e US\$ 5,9 bilhões para renda fixa, sendo US\$ 1,5 bilhão apenas na emissão do bônus soberano Global 2047.

Durante apresentação dos números das contas externas relativos ao mês de janeiro, o chefe do Departamento de Estatísticas do BC também informou que a taxa de rolagem das operações externas está em 98% no mês de fevereiro até o dia 22, sendo que o indicador alcançou 1.107% em títulos e 35% em empréstimos.

O técnico também informou que a despesa com juros da dívida externa somou US\$ 541 milhões no mês até o mesmo dia 22.

Viagens internacionais

A despeito da reação ainda tímida da economia, as despesas com viagens internacionais dispararam. Dados do Banco Central mostram que o gasto de brasileiros no exterior saltou 26,8% em janeiro na comparação com igual período do ano passado e somou US\$ 2,002 bilhões. "A conta de viagens se aproxima de se transformar no maior déficit da conta de serviços", disse Fernando Rocha.

Dados do BC indicam que, com o aumento das viagens ao exterior, o ano de 2018 começou com o quarto maior valor para o mês de gasto de brasileiros em viagem da série e apenas US\$ 272 milhões inferior ao recorde histórico registrado em 2013 – quando foram registrados US\$ 2,274 bilhões.

Em janeiro de 2018, o déficit da conta de viagens somou US\$ 1,223 bilhão, valor bem próximo ao saldo negativo gerado pelo aluguel de equipamentos no exterior, que somou US\$ 1,239 bilhão. "Anteriormente, o maior déficit de serviços era sempre vinculado à conta de aluguel de equipamentos, mas o investimento tem sido o item que tem apresentado mais dificuldade em se recuperar. Então, o déficit é praticamente igual ao de viagens", disse Rocha.

Em fevereiro, essa tendência continua. O dado preliminar do mês até o dia 22 indica déficit de US\$ 649 milhões, resultado de gastos totais de US\$ 1,141 bilhão de brasileiros em viagem no exterior e recebimento de US\$ 491 milhões com estrangeiros em passeio no Brasil.

O técnico do BC explica que o aumento da renda disponível, da massa salarial e do emprego está por trás do aumento dos embarques de brasileiros para o exterior. "Vimos isso ao longo de 2017. Em geral, houve recuperação do emprego, da renda e da massa salarial. Isso não gera impacto apenas na demanda interna, mas uma parte é destinada à demanda externa", disse Rocha.

Apesar desse aumento do rombo gerado pelos turistas, o chefe do departamento do BC não demonstra preocupação. "Temos o menor déficit externo desde 2007. O déficit em valor é baixo e é inteiramente financiado com o Investimento Direto no País. Em termos macroeconômicos, isso não traz preocupação", disse.

BC: fluxo cambial total é negativo em US\$ 1,987 bi em fevereiro até dia 22

27/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O fluxo cambial segue negativo no mês de fevereiro. Dados preliminares apresentados pelo Banco Central indicam que US\$ 1,987 bilhão deixaram o Brasil em fevereiro até o dia 22, informou nesta segunda-feira, 26, o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Dólares têm saído do Brasil graças às operações no setor financeiro, que registrou saída líquida de US\$ 4,580 bilhões no mês até o dia 22. O valor é resultado de retiradas no valor de US\$ 30,648 bilhões e de ingressos no total de US\$ 26,067 bilhões. Nesse valor, estão reunidos investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo de fevereiro até o dia 22 é positivo em US\$ 2,592 bilhões, com importações de US\$ 8,071 bilhões e exportações de US\$ 10,664 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 2,206 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 2,502 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 5,956 bilhões em outras entradas.

Câmbio

Os bancos aumentaram a posição vendida no câmbio à vista em fevereiro. Dados preliminares do Banco Central indicam que a posição vendida cresceu de US\$ 15,056 bilhões no fim de janeiro para US\$ 17,060 bilhões em 22 de fevereiro.

No jargão financeiro, "estar vendido" representa crença de queda da cotação da moeda ou que se acredita que os juros internos serão mais elevados do que a valorização do dólar em determinado período.

Estar "comprado" significa, na maioria das vezes, que o mercado fez hedge de passivo cambial. A posição também pode estar atrelada à expectativa de que a cotação do dólar vai subir porque, ao ter a moeda em caixa, é possível lucrar com uma eventual alta das cotações.

IGP-M desacelera alta e sobe 0,07% em fevereiro

27/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O índice é usado de referência para a correção de contratos de aluguel



O IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) desacelerou a alta a 0,07% em fevereiro, depois de subir 0,76% em janeiro, diante da queda nos preços dos produtos agropecuários no atacado e do alívio da pressão dos alimentos no varejo.

O índice é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

Os dados divulgados nesta terça-feira (27) pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostram que o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do indicador geral, caiu 0,02% em fevereiro, contra avanço de 0,91% no mês anterior.

No IPA, os produtos agropecuários apresentaram em fevereiro queda de 0,71% , após avanço de 0,17% em janeiro. Já os preços dos produtos industriais desaceleraram a alta a 0,21% no período, de 1,15%.

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor), com peso de 30% no IGP-M, mostrou menor pressão no varejo ao registrar alta de 0,28% em fevereiro, sobre 0,56% antes.

A desaceleração teve como principal influência o grupo alimentação, cujos preços passaram a subir 0,07% em fevereiro, ante 1,11% no mês anterior, movimento impactado em grande parte pelo comportamento de hortaliças e legumes.

Já o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) desacelerou a alta a 0,14% em fevereiro, de 0,28% no mês anterior. O INCC é usado como base para o reajuste do valor dos imóveis habitacionais em construção.

Produção mundial de aço sobe 0,8% em janeiro sobre um ano antes

27/02/2018 – Fonte: R7

A produção mundial de aço bruto subiu 0,8 por cento em janeiro sobre mesmo período de 2017, para 139 milhões de toneladas, informou a associação World Steel Association, que representa usinas siderúrgicas, nesta segunda-feira.

A produção de aço bruto da China, maior produtor e consumidor da liga, caiu 0,9 por cento no período, para 67 milhões de toneladas, segundo a entidade.

Na semana passada, o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa produtores de aço brasileiros, informou alta de 1,3 por cento na produção da liga no país em janeiro na comparação anual, para 2,866 milhões de toneladas.